

# **FONTE 134 PROGRAMAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

**26 de Setembro de 2007**

---

**A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica corresponde a um percentual de 6,00% sobre o valor da energia gerada que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. No caso de Itaipu Binacional a compensação financeira é calculada por uma fórmula específica.**

*Entende-se como fato gerador a compensação financeira pelos impactos ou externalidades causados pelo alagamento de uma determinada área quando da construção dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas.*

**A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Setor Elétrico corresponde a um percentual de 0,75% do valor da energia gerada pelas usinas hidrelétricas que é destinado ao MMA / ANA para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.**

*Entende-se como fato gerador o pagamento pelo uso de um bem público, no caso os recursos hídricos, que é realizado pelas usinas que utilizam as águas para geração de energia elétrica.*



"Art. 17. **A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos** de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, **será de seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento** sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham área invalidas por água dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União." (NR)

"§ 1º **Da compensação financeira de que trata o caput**" (AC)

"I - seis por cento do valor da energia produzida serão distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada por esta Lei;" (AC)

"II - **setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, nos termos do art. 22 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do disposto nesta Lei." (AC)

"§ 2º **A parcela a que se refere o inciso II do § 1º constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicada nos termos do art. 22 da Lei 9.433, de 1997.**" (AC).

GRIFOU-SE

## Divisão do Recursos da Fonte 134

<b>6,75% (Arrecadação Total)</b>	<b>0,75% (Lei nº 9.984/2000)</b>	<b>0,75% - ANA</b>
	<b>6,00% (Lei nº 7.990/1980 ... Lei nº 9.984/2000)</b>	<b>0,18% - MMA</b>
		<b>0,18% - MME</b>
		<b>0,24% - FNDCT</b>
		<b>2,70% - Estados</b>
		<b>2,70% - Municípios</b>

## **Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Setor Elétrico**

**0,75% x TAR x GERAÇÃO MENSAL**

## **Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007**

...

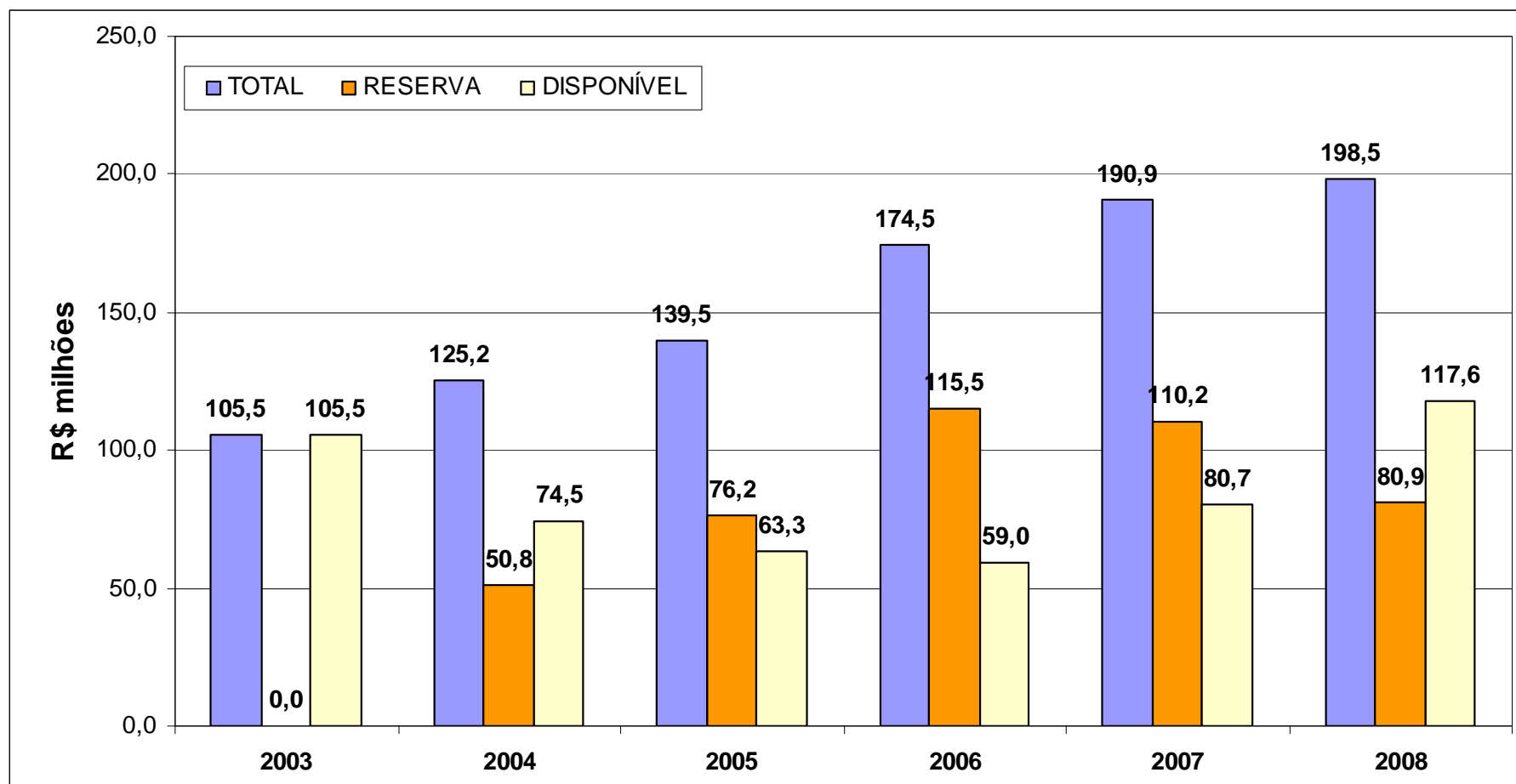
Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei no 9.984, de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011 os Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos a seguir relacionados:

- I - despoluição de bacias hidrográficas;
- II - planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso;
- III - metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- IV - capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos;
- V - apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SEGRHs;
- VI - aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos; e
- VII - sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.

Parágrafo único. A ordem numérica de listagem dos subprogramas não estabelece a hierarquia de prioridades.

...

## Arrecadação e Programação da Fonte 134



## Programação da Fonte 134 em 2007

<b>VALOR TOTAL DA FONTE 134 - PLOA 2007</b>	<b>190.885.865</b>	<b>100,0%</b>
<b>Royalties de Itaipú (MMA)</b>	<b>12.376.685</b>	<b>6,5%</b>
<b>Implementação da PNRH, SINGREH e Operação da Rede (ANA)</b>	<b>178.509.180</b>	<b>93,5%</b>
0,18% (3% sobre 6%) - Art. 29 – Lei 9.984/2000 – Compensação Financeira	34.550.164	18,1%
0,75% - Art. 28 da Lei 9.984/2000 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	143.959.016	75,4%

<b>Implementação da PNRH, SINGREH e Operação da Rede (ANA)</b>	<b>178.509.180</b>	<b>100,0%</b>
Programado	68.333.418	38,3%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>110.175.762</b>	<b>61,7%</b>

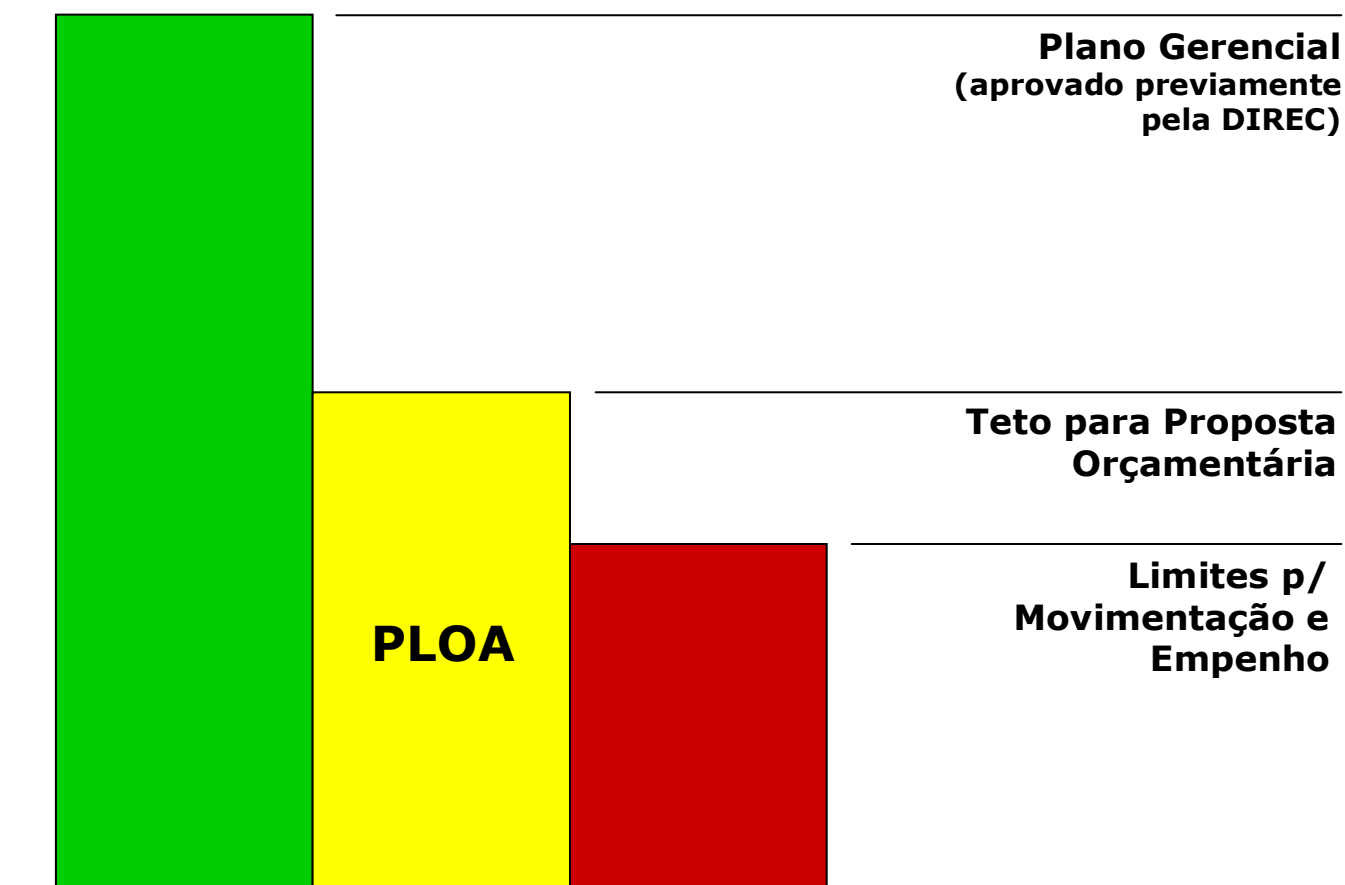
## Programação da Fonte 134 em 2008

<b>VALOR TOTAL DA FONTE 134 - PLOA 2008</b>	<b>198.512.363</b>	<b>100,0%</b>
<b>Royalties de Itaipú (MMA)</b>	<b>11.249.051</b>	<b>5,7%</b>
<b>Implementação da PNRH, SINGREH e Operação da Rede (ANA)</b>	<b>187.263.312</b>	<b>94,3%</b>
0,18% (3% sobre 6%) - Art. 29 - Lei 9.984/2000 - Compensação Financeira	36.235.451	19,3%
0,75% - Art. 28 da Lei 9.984/2000 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	151.027.861	75,0%

<b>Implementação da PNRH, SINGREH e Operação da Rede (ANA)</b>	<b>187.263.312</b>	<b>100,0%</b>
Programado	106.365.400	56,8%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>80.897.912</b>	<b>43,2%</b>



## Preparação do Orçamento Anual



## Preparação do Orçamento Anual

